



Documento:	Informação aos Titulares (artigos 13º e 14º do RGPD)
Título	Política de Privacidade – Utentes
Versão/Data	1 / 24.10.2019

A AELO – Auto-Estradas do Litoral Oeste S.A. (“AELO”), subconcessionária da Infraestruturas de Portugal, S.A. (“IP”) para a concepção, projecto, construção, aumento do número de vias, financiamento, exploração e conservação de lanços de autoestrada, vias e conjuntos viários associados no distrito de Leiria, é responsável por várias atividades de tratamento de dados pessoais (vide quadro anexo), necessárias à prossecução das suas obrigações enquanto subconcessionária, nomeadamente para o cumprimento de obrigações legais e para o exercício de funções de interesse público ou o exercício da autoridade pública de que a AELO se encontra investida (de acordo com o disposto no Contrato de Subconcessão, na legislação que regula a videovigilância rodoviária e com o regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas onde seja devido o pagamento de taxas de portagem).

Os dados pessoais fornecidos diretamente pelos titulares (v.g. ao apresentar uma reclamação ou exposição ou ao fornecer dados necessários à emissão de faturas ou à prestação de assistência rodoviária) ou recolhidos indiretamente (v.g. dados de tráfego ou imagens recolhidas através das câmaras de videovigilância, para garantir a segurança de pessoas e bens, assegurar a faturação, cobrança e recuperação de taxas de portagem ou para detetar infrações – através da recolha de dados da viatura, data, hora e local das passagens) serão tratados de forma confidencial e utilizados apenas para as finalidades para que são recolhidos.

Em determinados casos, a AELO recorre a subcontratantes para a prestação de determinados serviços que envolvem o tratamento dos seus dados pessoais, por conta e sob as instruções da AELO (p.ex., empresas de faturação e cobrança, a operadora de serviços de manutenção e funcionamento de autoestrada, empresas de informática). A AELO apenas recorre a subcontratantes que garantam a implementação de medidas técnicas e organizativas adequadas à proteção dos dados pessoais, assegurando a defesa dos direitos dos titulares à luz da legislação aplicável.

A AELO poderá ter de comunicar dados pessoais às entidades competentes, e apenas nos termos da lei, como, por exemplo, às autoridades judiciais. Adicionalmente, a IP tem acesso permanente a toda a informação recolhida e armazenada pelo Sistema de Controlo e Gestão de Tráfego da AELO, bem como às informações constantes das reclamações que dirija a esta.

Os seus dados pessoais serão conservados por diferentes períodos de tempo, consoante a finalidade para a qual os dados são tratados. Em regra, a menos que os prazos sejam definidos por lei e/ou pela autoridade de proteção de dados competente ou decorram do Contrato de



Documento:	Informação aos Titulares (artigos 13º e 14º do RGPD)
Título	Política de Privacidade – Utentes
Versão/Data	1 / 24.10.2019

Subconcessão, os dados pessoais serão conservados apenas durante o período estritamente necessário à prossecução das finalidades para as quais foram recolhidos ou quando sejam necessários para comprovar obrigações contratuais assumidas pela AELO (e enquanto não decorrer o prazo de prescrição dos direitos correspondentes). Após decurso do período de conservação, os dados serão definitivamente apagados ou anonimizados.

Poderá consultar os prazos de conservação aplicáveis aos dados tratados pela AELO relativamente a cada finalidade no Anexo a este documento.

Nos termos da legislação aplicável, poderá solicitar, a todo o tempo, o exercício dos seus direitos, nomeadamente o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, a sua retificação, eliminação ou a limitação do seu tratamento, a portabilidade dos seus dados, ou opor-se ao seu tratamento, mediante pedido escrito dirigido à AELO para o endereço de email epd@aelo.pt.¹ Tais direitos consistem em:

Direitos do Titular	
Direito de Acesso	Direito de obter a confirmação de quais são os seus dados pessoais que são tratados, bem como obter cópia dos seus dados pessoais em fase de tratamento. O direito de obter a referida cópia não prejudica os direitos e liberdades de terceiros, incluindo o segredo comercial ou a propriedade intelectual e, particularmente, o direito de autor que protege o <i>software</i> .
Direito de Retificação	Direito de solicitar a retificação dos seus dados pessoais que se encontrem inexatos ou solicitar que os dados pessoais incompletos sejam completados.
Direito ao Apagamento	Direito de obter o apagamento dos seus dados pessoais. Tal direito não se aplicará quando o tratamento dos dados for necessário para o cumprimento de uma obrigação legal a que a AELO se encontre sujeita ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

¹ Relativamente aos dados comunicados à IP, poderá exercer os seus direitos diretamente junto daquela entidade.



Documento:	Informação aos Titulares (artigos 13º e 14º do RGPD)
Título	Política de Privacidade – Utentes
Versão/Data	1 / 24.10.2019

Direitos do Titular	
Direito à Limitação do Tratamento	Direito de solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais, solicitando a suspensão do tratamento ou a limitação do âmbito do tratamento a certas categorias de dados ou finalidades de tratamento.
Direito à Oposição	Direito de opor-se a um tratamento de dados quando o mesmo seja realizado no exercício de funções de interesse público ou no exercício da autoridade pública de que se encontra investida a AELO. Em caso de oposição, a AELO deixará de tratar os seus dados pessoais, a menos que apresente razões imperiosas e legítimas que justifiquem a continuação do tratamento

Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, o titular dos dados tem direito a apresentar uma reclamação à CNPD ou a outra autoridade de controlo competente nos termos da lei, caso entenda que o tratamento dos seus dados pela AELO viola o regime legal em vigor a cada momento.

Para esclarecimento de dúvidas, poderá ainda contactar o Encarregado de Proteção de Dados para o email epd@aelo.pt.

A presente Política de Privacidade corresponde à última versão aprovada em 24.10.2019. A AELO poderá alterar a presente Política de Privacidade a qualquer momento. Estas alterações serão devidamente publicitadas no site <http://www.aelo.pt/>. Caso as modificações à Política de Privacidade decorram de uma alteração substancial à forma como a AELO tratará os seus dados pessoais, a AELO notifica-lo-á dessas alterações, através dos meios de contacto que lhe tenha fornecido ou que a AELO tenha a seu respeito.



Documento:	Informação aos Titulares (artigos 13º e 14º do RGPD)
Título	Política de Privacidade – Utentes
Versão/Data	1 / 24.10.2019

Anexo – Tratamento de Dados Pessoais dos Utilizadores da Rede Viária gerida pela AELO

Descrição da Atividade	Finalidade do Tratamento	Categorias de Dados Pessoais	Prazo de Conservação
Gestão de pórticos (MLFF) (1) (2)	Apreciação e deteção de situações relacionadas com o pagamento e falta de pagamento de taxas de portagem, recuperação e cobrança de montantes devidos pelos utentes e resolução e resposta a reclamações ou pedidos de esclarecimentos formulados pelos utentes	Nome; morada; contactos; NIF; número de documento de identificação; e-mail; data de nascimento; dados da viatura (matrícula, marca, modelo, cor e classe tarifária); número do identificador do dispositivo eletrónico; data, hora e local de passagem, fotografia da matrícula/viatura	180 dias(3)
Vigilância eletrónica rodoviária (1) (2)	Melhoria das condições de prevenção e segurança de circulação rodoviária, proteção e segurança de pessoas e bens, controlo e monitorização do tráfego rodoviário, deteção e prevenção de acidentes para a prestação de assistência rodoviária	Imagens (viaturas)	Até 72 horas
Chamadas de emergência (2)	Prestação de assistência aos utentes da subconcessão, em caso de ocorrência de acidentes ou incidentes e em situações de emergência	Dados do Utente da via subconcessionada à AELO: Nome; data, hora e local da chamada, número origem da chamada; conteúdo da chamada (podendo incluir os dados da viatura (matrícula, marca, modelo, cor) ou quilómetro da ocorrência); voz Dados dos operadores da linha de Assistência Rodoviária: Voz	5 anos (3)
Gestão de acidentes e incidentes (1) (2)	Gestão de acidentes e incidentes com vista à prevenção e melhoria das condições de segurança, proteção de pessoas e bens, controlo e monitorização do tráfego e a prestação de assistência rodoviária	Nome; morada; contatos, número da carta de condução; matrícula; local, data, hora; breve descrição do acidente ou incidente; imagens (viatura e seguro automóvel); dados do seguro automóvel Dados necessários à faturação e cobrança dos montantes devidos pela prestação de serviços de assistência rodoviária	5 anos (3)
Recuperação e infrações (1) (2)	Recuperação e cobrança dos valores em dívida pela utilização indevida de infraestruturas rodoviárias Preparação de autos de notícia com vista à instauração de processo de contraordenação Preparação de certidão de dívida tendente à instauração de processo de execução fiscal das taxas de portagem em dívida	Nome; morada; contatos; dados da viatura (matrícula, marca, modelo, e cor e classe tarifária); data, hora e local da saída Número da fatura, da infração, da notificação, de contraordenação, do processo de execução fiscal Número de carta de condução no caso de infratores estrangeiros Imagens (fotos das viaturas/matriculas)	10 anos (3)
Gestão de reclamações (1) (2)	Tratamento, análise e resposta das reclamações e/ou exposições dos utilizadores das infraestruturas rodoviárias subconcessionadas	Nome; morada; contatos; assinatura; NIF; matrícula; data, hora e local da reclamação	5 anos (3)

(1) Os tratamentos são necessários para cumprimento de obrigações legais, decorrentes nomeadamente da Lei nº 51/2006, de 29/06 e Lei nº 25/2006, de 30/06

(2) Os tratamentos são necessários para cumprimento de obrigações decorrentes do Contrato de Subconcessão

(3) Sem prejuízo da sua conservação por prazo mais longo caso sirva de prova em processo judicial